

A Constituinte, difícil

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Pelo quarto dia consecutivo o Congresso Nacional não conseguiu votar à tarde a emenda que convoca a Constituinte. Desta vez, a maioria dos senadores do PDS e do PFL e dissidentes do PMDB decidiu retirar-se do plenário. Por falta de número, o presidente José Fragelli suspendeu a sessão às 17h50, convocando novamente os congressistas para depois das 20 horas, quando seria feita mais uma tentativa de contornar o impasse.

A rebelião no Senado começou depois que a Câmara aprovou sem problemas, por 384 votos contra 21, o parecer da Comissão de Justiça, pela retirada, no substitutivo Giavarina, da expressão "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais". A aprovação pelos deputados foi conseguida porque houve um acordo entre as lideranças dos partidos.

À tarde, os líderes do PMDB, PFL, PDS, PDT e PCB acreditaram ter encontrado uma fórmula para permitir a votação do destaque que tornaria a Constituinte "exclusiva" — isto é, funcionaria apenas para elaborar a nova Constituição — mas sem prejudicar o funcionamento da Câmara dos Deputados, do Senado e do Congresso Nacional. Este é o centro do impasse. Os deputados, que terão de se reeleger em 86, queriam uma Constituinte exclusiva, enquanto muitos senadores, que não vão terminar seu mandato no ano que vem, não pretendem ficar fora da futura assembleia.

A fórmula negociada pelos líderes partidários foi expressa numa declaração oficial, encaminhada à Mesa do Congresso: "Diante de controvérsias surgidas em torno do requerimento nº 26, que destaca para votação em separado as expressões 'sem prejuízo de suas atribuições constitucionais' e 'no curso da 1ª sessão legislativa da 48ª legislatura', as lideranças adiante assinadas manifestam que a exclusão destas expressões se baseia no entendimento de que são elas expletivas, de vez que a competência e atribuições da Câmara dos Deputados, Senado Federal e Congresso Nacional são as constantes da Constituição em vigor".

Assinaram o documento o senador Humberto Lucena, líder do PMDB; senador Carlos Chiarelli, líder do PFL; deputado Pimenta da Veiga, líder do PMDB; deputado José Lourenço, líder do PFL; deputado Prisco Viana, líder do PDS; deputado Nadyr Rossetti, líder do PDT; e deputado Alberto Goldman, líder do PCB. O uso de uma palavra não muito usual — "expletiva" — levou vários parlamentares ao dicionário. No "Aurélio", eles ficaram sabendo que ela (1) "serve para preencher ou completar" e (2) se diz "das palavras ou expressões que, desnecessárias ao sentido da frase, lhe dão, todavia, mais força ou graça".

Mas muitos senadores não consideraram tão "expletivas" assim as expressões e tentaram obstruir a votação. Quem se destacou nessa tarefa foi o peemedebista dissidente Itamar Franco que, antes de votar o destaque, queria que a Mesa esclarecesse melhor a nota dos líderes. O presidente do Congresso, senador José Fragelli, chegou a discutir asperamente com o parlamentar mineiro. Ao final, falou sobre o significado da nota: "É um documento meramente explicativo dos líderes, que não entra no mérito da questão".

Só aí começou a votação, que novamente não resultou em nada. Para não dar o quorum de dois terços necessário à aprovação, toda a bancada do PDS no Senado retirou-se, acompanhada de quase todos os liberais e de três peemedebistas — Itamar Franco, Saldanha Derzi e Fábio Lucena. Assim, votaram apenas 28 senadores, quando seria necessária a presença de 35.

SEXTA-FEIRA — 22 DE NOVEMBRO DE 1985

de ser aprovada



Foto Alencar Monteiro - Telefoto Estado

Durante todo o dia, um clima tenso nos debates. Só haveria condições para votar à noite

Senadores condenam o 'terrorismo' de Ulysses

ANC 88
Pasta Nov/Dez 85
062

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Pelo menos dois senadores do PMDB — Itamar Franco (MG) e Fábio Lucena (AM) — acusaram ontem o presidente nacional do partido, Ulysses Guimarães, de "fazer terrorismo" no apelo que fez à bancada peemedebista do Senado para que votasse a emenda da Constituinte com a supressão da expressão "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais", referindo-se à transformação do novo Congresso em Assembleia Constituinte. Por 11 votos contra seis, a bancada concordou.

O presidente do PMDB, com os líderes Fernando Henrique Cardoso e Pimenta da Veiga, compareceu à reunião da bancada do PMDB no Senado, apelando para que não deixassem de votar a emenda da Constituinte e a mudança apoiada pela bancada do PMDB na Câmara. Segundo depoimentos de Fábio Lucena e Itamar Franco, o presidente do PMDB e da Câmara "foi catastrófico", afirmando que as instituições seriam desestabilizadas se o Congresso não votasse a emenda de convocação da Assembleia Constituinte.

A direção do PMDB procurou mostrar à bancada do Senado que deixando de votar a proposta de Sarney da Constituinte o partido sofreria enorme desgaste perante a opinião pública, "cedendo a histórica bandeira ao PT e ao PDT".

O próprio vice-líder do partido, senador Hélio Gueiros (PA), colocou-se contra a proposta do vice-líder pedessista Bonifácio de Andrada (MG), de suprimir do artigo 1º do substitutivo Giavarina a expressão que poderia impedir o funcionamento simultâneo da Câmara, do Senado, do Congresso e da Assembleia Constituinte. Gueiros votou contra o apelo de Ulysses, acompanhado dos senadores Itamar Franco, Fábio Lucena,

Marcelo Miranda (MS), Saldanha Derzi (MS) e Roberto Wypych (PR) — suplente de Afonso Camargo.

Por volta do meio-dia de ontem, muitos senadores que se mostravam dispostos até mesmo a não votar a emenda constituinte no segundo turno, evitando o quórum qualificado de dois terços, tinham mudado de posição, como Cid Sampaio (PE), Alfredo Campos (MG), Enéas Farias (PR), Álvaro Dias (PR), Mário Maia (AC) e outros.

Itamar Franco e Fábio Lucena não desistiram, procurando apoio no PDS e no PFL. Alguns senadores do PFL não resistiram por muito tempo, apesar da veemência inicial do senador Marcondes Gadelha (PB). Depois de concordar com a mudança, o senador Alfredo Campos disse a Ulysses Guimarães que o Planalto deveria procurar demover, também, a bancada do PFL, começando pelo líder Carlos Chiarelli. O senador mineiro alertou o presidente do Partido de que, de ora em diante, a bancada do PMDB no Senado não mais aceitará "pacotinhos" feitos pela Presidência e pela liderança do governo na Câmara sem prévia discussão.

"Vocês ouvem todo o mundo — a CUT, a Conclat, a CNBB, menos o Senado" — disse Hélio Gueiros a Ulysses e a Pimenta da Veiga.

À tarde, Ulysses e José Fragelli, presidente do Senado e do Congresso, reuniram-se com os líderes do PMDB e do PFL na Câmara e no Senado. Ficou decidido que as lideranças da Aliança Democrática fariam declaração de voto em plenário, esclarecendo que a Câmara e o Senado não perderiam nenhuma de suas atribuições constitucionais, já que, enquanto não for votada e promulgada a nova carta, continuará em vigor a atual Constituição. Aparentemente, a rebelião dos senadores estava dominada.

Os militares cassados denunciam infiltração

A confusão no Congresso para a votação da emenda que convoca a Constituinte respingou também no movimento dos militares que pedem anistia. Ontem, o secretário-geral do Comitê de Coordenação dos Movimentos de Anistia, comandante Paulo Henrique Ferro Costa, denunciou a infiltração de pessoas estranhas, com o objetivo de tumultuar e dividir o grupo, e apontou como líder o ex-cabo da FAB Paulo de Oliveira Pereira. Reagindo à acusação, Pereira afirmou que os oficiais estão mais preocupados com seus próprios interesses e deixam em segundo plano os marinheiros e cabos. Ele é presidente da União dos Militares Não Anistiados, criada em 81.

Para fundamentar suas suspeitas, Ferro Costa alegou que o ex-cabo não fala e não se veste como praça; chega a Brasília às segundas-feiras e sai às sextas, sempre de avião; é dono de cursinhos para a formação de sargentos e cadetes em Minas e no Rio; professor de Física e Matemática, além de fazendeiro. Ainda segundo o oficial, Pereira não era conhecido dos marinheiros em 64 e surgiu em Brasília este ano.

Ferro Costa acrescentou que Pereira, pelas atitudes que adota, parece trabalhar contra a anistia. Além de jogar marinheiros contra oficiais, informou, o ex-cabo foi surpreendido

dando uma violenta entrevista contra o ministro da Marinha, Henrique Sabóia, e procurou o deputado Haroldo Lima (PC do B), solicitando que retirasse um destaque de sua autoria, ampliando a anistia.

Pereira só negou ter criticado o almirante Sabóia. Sobre suas atividades profissionais, disse que após ter sido expulso da FAB tornou-se professor e abriu uma rede de cursinhos, tendo "progredido na vida" porque não sofreu perseguição dos militares, já que "não atuava politicamente". A seu ver, os oficiais agora o acusam, pois "querem exercer ascendência hierárquica".



Foto Alencar Monteiro - Telefoto Estado
O ex-cabo, sob suspeita